



## **DISCURSOS SEXISTAS NA ESCOLA: FEMINISMO E ESTUDOS DE GÊNERO**

Tâmara Duarte de Medeiros

*Universidade Federal da Paraíba: tamaraduarte.br@gmail.com*

Hermano de França Rodrigues – Orientador

*Universidade Federal da Paraíba: hermanorg@gmail.com*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo abordar sobre os processos discursivos que fortalecem os estereótipos e sexismo na escola, a partir dos estudos feministas, buscando compreender como isso reflete na vida de meninas que são conduzidas a seguirem determinado padrão. Ao longo dos séculos as mulheres foram submetidas a ocupar espaços sociais pré-determinados, em que as colocava em situação de inferioridade quanto ao sexo masculino. Em razão disso, surgiram movimentos de mulheres em busca da igualdade de gênero nos diferentes espaços sociais e estudos que visavam compreender como essa ordem se estabeleceu em sociedade. Uma vez que, foram criadas por homens e para homens. Este estudo foi motivado ao perceber como a separação social entre homens e mulheres reflete nos espaços educacionais. Com isso, busca-se promover um recorte histórico sobre o acesso das mulheres na educação, bem como, as características construídas em sociedade para o feminino, reproduzidas no espaço escolar através das imposições de condutas e discursos. Para tanto, utilizou-se como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, tal como, o método histórico que segundo Prodanov (2013) consiste em investigar acontecimentos passados para compreender suas influências no contexto atual. Com base na investigação conclui-se que o percurso para a desconstrução da ordem patriarcalista, assim como, as características que inferiorizam as mulheres estão longe de ser alcançadas, inclusive nos espaços escolares em que ocorre distinções em razão do sexo. Assim, entende-se a importância da discussão dessa temática para sua inclusão nas escolas, assim como, para um novo olhar em torno dos processos discursivos que fortalecem o sexismo na escola.

**Palavras-chave:** Educação, Gênero, Feminismo, Sexismo.

### **1. Introdução**

Ao longo dos séculos as mulheres foram submetidas a ocupar espaços sociais pré-determinados, em que as colocava em situação de inferioridade quanto ao sexo masculino. Em razão disso, surgiram movimentos de mulheres em busca de igualdade de gênero nos diferentes espaços sociais e estudos que visavam compreender como essa ordem se estabeleceu em sociedade. Uma vez que, foram criadas por homens e para homens.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Nesta perspectiva, o presente artigo tem por objetivo abordar sobre os processos discursivos que fortalecem os estereótipos e sexismo na escola. A partir dos estudos feministas, busca-se compreender como isso reflete na vida de meninas que são conduzidas a seguirem determinado padrão, bem como, a escola como um espaço que fortalece os estereótipos e discriminação entre os alunos, uma vez que, sustenta essa separação de papéis entre meninos e meninas em sala.

Com isso, busca-se promover um recorte histórico sobre o acesso das mulheres na educação, assim como, as características construídas em sociedade para o feminino, reproduzidas nos espaços escolares através das imposições de conduta e discurso.

## **2. Metodologia**

Na construção do presente trabalho, utilizou-se como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, tal como, o método histórico que segundo Prodanov (2013) consiste em investigar acontecimentos passados para compreender suas influencias no contexto atual. Neste sentido, buscou-se através de leituras acerca do espaço ocupado pelas mulheres ao longo dos séculos, seus reflexos na educação. Pois, entende-se que os discursos reproduzidos socialmente voltados a figura feminina carregam os pré-conceitos criados nas diferentes instituições sociais.

## **3. Resultado e Discussão**

A discussão de gênero vem ganhando espaço em sociedade, especialmente quanto aos efeitos sobre o “ser mulher”, em que características do feminino foram construídas e incorporadas socialmente por suas diferentes instituições. Assim como a escola, que mostra-se também como um espaço em que meninos e meninas tem comportamentos pré-determinados em razão da diferença sexual. Com isso, o presente artigo tem por objetivo abordar sobre os processos discursivos que fortalecem os estereótipos e sexismo na escola, a partir dos estudos feministas. Além de compreender como isso reflete na vida de meninas que são conduzidas a seguirem determinado padrão na escola.

Simone de Beauvoir (2009, p.361) traz essa discussão ao falar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Logo, os papeis eram direcionados de acordo com o sexo, determinando qual o perfil, comportamento



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

e papel da mulher. E para que fosse fortalecido em sociedade, segundo Soihet<sup>1</sup> (2013) a medicina social criou características biológicas para a mulher, como “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal”, usando a ciência para comprovar que as mulheres eram naturalmente inferiores, assim como os:

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos (BIROLI, 2014, p. 32).

Em consequência dessa visão, as mulheres foram privadas do acesso à educação, em razão da ordem patriarcal de que para se manter no espaço privado só eram necessários os conhecimentos domésticos, ensinados pela mãe, criadas, avós, governantas. Como afirma Rodrigo e Marques “a ausência da educação feminina pode ser explicada pela exclusão da mulher do processo educativo pelo menos até o final do século XVII, quase dois séculos de diferença em relação aos homens” (RODRIGO; MARQUES apud ARIES, 1981, p. 2).

Ao longo dos anos, essas características foram sendo introduzidas em sociedade, conforme Guacira Louro:

Esquecemos que a identidade é uma atribuição cultural; que ela sempre é dita e nomeada no contexto de uma cultura. Esquecemos que os corpos são significados, representados e interpretados culturalmente, que diferentes sociedades e grupos atribuem significados também diferentes às características físicas: que determinados traços ou características podem ter importância, serem considerados notáveis e, então, se constituírem em “marcas” definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes. (LOURO, 2000, p.62)

Dessa forma, a escola acaba incorporando essas noções do corpo e seus significados, atribuindo comportamentos e condutas as meninas. Ainda segundo Louro (2000) “as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade.” Isto é, a partir dessa concepção de que o corpo é responsável pela diferenciação social, seguida de papéis atribuídos em função do que é ser feminino e masculino. À vista disso, quando as mulheres conquistaram o direito a educação escolar, seus componentes eram

<sup>1</sup> Livro História das Mulheres no Brasil. Capítulo “Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano”. p. 362-400.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

restritos a atividades do lar (ex. bordar, costurar e cozinhar), cuidado do marido e filhos. Sabendo que, os jesuítas foram os primeiros a introduzir a catequese e ensino formal, em que não havia preocupação em ensinar as meninas, pois eram incumbidas apenas de aprender os bons modos, serviços do lar e como satisfazer o marido. No Brasil, Segundo Tomé e Quadros (2012):

Na segunda metade do século XVII, e o ensino da leitura e da escrita, normalmente eram ministrados ao lado da música, do órgão e dos trabalhos domésticos. Não havia assim, um sistema formal de educação feminina, foi somente nos conventos que passaram a ser educadas. (TOMÉ; QUADROS, 2012 apud RIBEIRO, 2000. p. 8)

Com a educação feminina passada para os conventos, pais que tinham grande número de filhas mulheres se beneficiavam desse ensino para enviá-las, com a justificativa de preservar a moral da família, aumentando o prestígio público e respeito a figura do patriarca. Embora passassem a ser educadas, a instrução era feita a partir dos preceitos religiosos, em que a escolha pela carreira era quase que determinante. Como afirma Tomé e Quadros (2012, p. 9) “muitas das moças que eram enviadas para os conventos, não tinham vocação para a religiosidade. Entretanto, muitas destas mulheres, trataram de administrar a instituição de forma produtiva e bem estruturada”.

Além da liberdade limitada e um padrão de comportamento obrigatório, o ensino era transmitido com rigorosidade dentro das instituições. Ao longo dos anos, a educação nos conventos foi considerada melhor opção para as mulheres, uma vez que, elas não corriam o risco de se corromper ao seguirem a carreira religiosa. Com as mudanças sociais, segundo Tomé e Quadros (2012):

Foi somente a partir da segunda década do século XIX, que maiores oportunidades de aprendizado surgem, graças a instituições especialmente criadas para educação feminina, em um momento em que a sociedade se abria para o exterior e criava novas formas de pensar e agir.

Com isso, houve um avanço em relação a educação feminina, embora, por muito tempo ainda se mantivesse sobre as fortes influências do ensino religioso e doméstico, limitando as mulheres a espaços privados. Contrariando essa exclusão, surgiram militantes

---

<sup>2</sup> Educadora, escritora e poetisa. Nascida em outubro de 1810, no Rio Grande do Norte. Militante feminista e fundadora do primeiro colégio específico para meninas no Rio de Janeiro, chamado Colégio Augusto. Escrevia artigos em jornal sobre a situação das mulheres e Emancipação feminina, em Pernambuco.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

como Nísia Floresta<sup>2</sup> revogando o direito à educação igualitária, apresentada a seguir por Castro e Aberton (2010 apud FLORESTA, 1989, p. 6) uma das ideias da educadora:

“Dê-se ao sexo uma educação religiosamente moral, desvie-se dele todos os perniciosos exemplos que tendem a corromper-lhe, desde a infância, o espírito, em vez de formá-lo á virtude, adornem-lhe a inteligência de úteis conhecimentos, e a mulher será não somente o que ela deve ser - o modelo de família - mas ainda saberá conservar dignidade, em qualquer posição que porventura a sorte a colocar.”

Acreditava-se assim numa educação sem distinções sexuais, em que meninas tivessem acesso a mesma educação científica que os meninos. Nesta perspectiva, Nísia fundou a primeira escola específica para meninas, no Rio de Janeiro, em que além dos bons modos priorizava o ensino científico e intelectual, como “latim, caligrafia, historia, geografia, religião, matemática, português, francês, italiano, inglês, musica, dança, piano, desenho e costura” (CASTRO; ABERTON 2010 apud EGGERT, 2006, p 235).

A luta pelo acesso à educação foi intensificada, mulheres uniram-se em busca de ensino de qualidade, para além “do lar e para o lar”. <sup>3</sup>Anayde Beiriz, Analice de Caldas Barros, Adamantina Neves, Daura Santiago Rangel, Eudésia Vieira, Lylia Guedes, Maria Ignez Mariz e Olivina Carneiro da Cunha são nomes de mulheres na educação da Paraíba por volta do século XX. A discussão passa então a incorporar outro questionamento: Se a mulher conquistou o direito a educação igualitária, por que as diferenças em sala são gritantes?

O feminismo e seus estudos mostraram-se marcantes ao dar visibilidade a desigualdade existente entre mulheres e homens na sociedade e na escola, com a discussão sobre a inclusão do estudo de gênero. Souza (1995 apud HALL 1997, p. 2) revela que “o Feminismo introduziu aspectos inteiramente novos na sua luta de contestação política, na medida em que abordou temas como família, sexualidade, trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, etc” aspectos que deixaram marcas na vida de mulheres ao longo dos séculos, uma vez que, as relações familiares eram estabelecidas pela ordem patriarcal, exaltando a superioridade masculina. Essa ordem refletiu na limitação das mulheres à esfera privada<sup>4</sup>, em que os cuidados do lar e dos filhos era sua responsabilidade.

---

<sup>3</sup> BERNARDO, Ana Maria Coutinho. GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS E ESCRITORAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0516.pdf>> Acesso em: maio 2016.

<sup>4</sup> Página 01.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Para isso, deveriam preservar a moral e bons costumes, assumindo a postura aceitável sob a vista da Igreja e da sociedade, que se inseriam até na vida conjugal. Segundo Araújo (1997) a domesticação da sexualidade feminina era controlada pela figura do pai e depois marido<sup>5</sup>. Pela necessidade de adestramento dos desejos sexuais da mulher, só lhe era exigido o domínio das habilidades domésticas e procriação. O prazer era negado, pois o leito conjugal só tinha uma função: procriar.

Em consequência disso, introduzir temas como sexualidade tornaram-se um tabu para as instituições escolares, pois subentendesse que as meninas não precisam de orientação sexual ou que essa temática não faz parte do dever da escola, assim como, a discussão de gênero e identidade. O conceito de gênero revelou-se com base nos estudos feministas, como Gayle Rubin<sup>6</sup> definindo gênero como “uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero”. Assim como a historiadora Joan W. Scott<sup>7</sup>, que define gênero como:

Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. (SCAVONE 2005, apud SCOTT 1992, p. 180)

Contribuições importantes à luz da questão. Sabendo que, no contexto escolar é notório como esse processo reflete no cotidiano de alunas. Dado que, as instituições escolares, em particular as públicas, estão enraizadas sobre as tendências da Pedagogia tradicional, assim como, sobre influência do conservadorismo que impede discussões importantes na construção de Igualdade, humanidade e respeito nas relações sociais.

Tomaz Tadeu da Silva (2008, p. 76) traçou discussões em torno da identidade e diferença, afirmando que “A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que fabricamos, no contexto das relações sociais”, em meio a esse processo discursivo, enraizou-se em sociedade as características criadas para o feminino em um

---

<sup>5</sup> Livro História das Mulheres no Brasil. Capítulo A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. p. 46-77.

<sup>6</sup> Antropóloga estadunidense, feminista (1949-). Em um de seus textos clássicos, intitulado “The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex” problematizando as razões da opressão e subordinação sofrida pelas mulheres em sociedade.

<sup>7</sup> Historiadora Norte-americana (1941-), pós-estruturalista, compreende o gênero a partir das relações de poder.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

contexto de modernização do país, em que buscavam civilizar as pessoas e dessa forma, iniciou-se a separação de papéis em razão do sexo. Resultando em uma "cultura patriarcal abalizada por paradigmas machistas ou abordagens de cunho religioso, étnico e racial ou político leva a sociedade a tolerar, aceitar e encorajar o preconceito e a discriminação contra as mulheres" (SOUZA, 2011, p.175).

Nessa perspectiva, docentes da Educação Infantil tendem a estereotipar a escolha profissional de meninas como modelo, veterinária, professora, pediatra, etc. Ainda dentro dessas profissões existem as marcas do patriarcado. Para ser modelo é necessário ter o “corpo perfeito”, excluindo mulheres que não se encaixam no padrão de beleza aceito e obrigando as que seguem o ramo a dietas absurdas, além da insegurança e baixa autoestima tornando-as escravas da indústria de cosméticos/beleza e, contribuindo na competição entre as profissionais. Já a escolha pela docência é marcada pela feminização do magistério, em que ligam a escolha pela profissão com vocação à maternidade, dita como natural das mulheres dentro dos pressupostos das relações patriarcais.

Essa padronização, chega as escolas também na forma como se reportam as meninas, pelo comportamento que é esperado de uma “mocinha”. Segundo Pupo (2007)

“A escola [...] reflete o sexismo que trespassa toda a sociedade, reproduzindo, com frequência, as estruturas sociais e reforçando os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro e colaborando para a construção da identidade sexual das meninas e dos meninos”.

Expressos em sala com discursos “Você já é uma mocinha” “Não pode ficar com a perna aberta” “Não pode mostrar a calcinha, é feio!” “Isso é coisa de menino” “Azul é cor de menino, o seu é rosa” “Se ele fez isso (machucou) é porque gosta de você”, frases como essas que coloca as meninas em posições pré-determinadas, moldando os comportamentos e aprisionamento da sexualidade conforme chama atenção para o que uma mulher pode/não pode fazer e ser. Além da inferiorização em relação aos meninos que recebem uma educação para a liderança, sucesso profissional, liberdade e realização sexual. Bem como, nos livros didáticos e paradidáticos em que as mulheres são colocadas em posições de inferioridade, ocupando lugares de menos prestígio, como organização e limpeza da casa. Além de atribuir os cuidados do lar, contribui com o machismo na escola, uma vez que, os meninos não precisam se preocupar com a higiene da casa pois nela existe uma mulher (mãe, tia, avó, irmã, etc), subentendendo que não é necessário se preocupar com tais questões.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Além disso, a responsabilidade educacional dos menores recai sobre a figura da mulher, visto que, seu contexto histórico e social na esfera privada reflete atualmente numa dupla jornada de trabalho e responsabilidades dentro e fora do lar. No contexto globalizado, em que as mulheres passaram a ocupar espaços públicos, ainda lhe são atribuídos os trabalhos domésticos em razão da aculturação e naturalização da obrigação da mulher com o cuidado dos filhos, marido e lar. Inclusive da educação dos filhos, ainda mais, se essas forem profissionais da educação.

O livro de conteúdo intitulado “Gênero e diversidade na escola: Formação de professores em gênero, orientação sexual e relações étnicos raciais”<sup>8</sup> (2008, p.28) traz a luz essas questões, enquanto formação e atuação de professores na rede de ensino, em que a “superação das discriminações implica a elaboração de políticas públicas específicas e articuladas”.

Dessa forma, buscou-se subsídios legais para que os profissionais da Educação passassem a atuar também sob princípios de equidade, respeito e igualdade de gênero. Verificou-se nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases<sup>9</sup> (LDB) e Plano Nacional da Educação<sup>10</sup> (PNE) menções das palavras: gênero, desigualdade e/ou mulher, com o objetivo de encontrar nos artigos menções acerca da discussão de gênero e igualdade na educação, sabendo que são os princípios norteadores da educação no país. Mas, não haviam referências diretas ou indiretas de tais palavras nesse contexto. Também, buscou-se tais menções na Constituição Federal de 1988<sup>11</sup>, a relação mais próxima da igualdade de gênero foi encontrada no Art. 5º “I- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Visto isso, sabe-se que ao longo da história houve uma separação social, que resultou numa superioridade de um sexo sobre outro, refletindo também na educação dos filhos, em que as mulheres tinham a obrigação de estar presente na vida escolar, enquanto o pai ficava isento dessa responsabilidade.

Apesar da ausência nas leis orientadoras da educação, recentemente tramitou no Congresso Nacional a alteração que seria feita no PNE 2014/2024, em que previa a inclusão

---

<sup>8</sup> Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livros de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

<sup>9</sup> BRASÍLIA. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 20, dez 1996.

<sup>10</sup> BRASÍLIA. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em: 25, jun 2014.

<sup>11</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 5. out 1988.





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

da discussão de gênero e orientação sexual nas escolas. Ao passar para o Congresso, foi barrada pela bancada conservadora que alegava ser uma ameaça à família, sugerindo então alterações que condenassem docentes que, segundo eles, fizessem “ideologia” de gênero em sala.

É notório que as discussões em torno da desigualdade de gênero estão ganhando espaços formais e não formais. Principalmente, com o auxílio das produções feministas que serviram como ponto de partida para os questionamentos sobre a ordem social estabelecida. No mais, o percurso para a desconstrução da ordem patriarcalista, assim como, as características que inferiorizam as mulheres estão longe de ser alcançados. E com isso, a escola mostra-se como um espaço propício a introdução de temáticas que abordem essas questões, ao mesmo tempo que, combate os discursos sexistas, além de servir como uma ferramenta na quebra de estereótipos sobre o que é ser menina e ser mulher.

#### **4 Conclusão**

Com base na investigação bibliográfica e leituras feitas acerca da temática conclui-se que o percurso para a desconstrução da ordem patriarcalista, assim como, as características que inferiorizam as mulheres estão longe de ser alcançadas, inclusive nos espaços escolares em que ocorre distinções em razão do sexo. Visto que, o espaço escolar ao mesmo tempo que mostra-se propício a desconstrução de características e simbologias referentes as mulheres, acaba por fortalecer os estereótipos e discriminação entre os alunos, uma vez que, sustenta a diferenciação de papéis entre meninos e meninas em sala.

Um caminho favorável está na formação dos professores, numa perspectiva de proporcionar a reflexão a respeito dos comportamentos e atribuições que são impostos as meninas, isto é, através de brincadeiras, brinquedos, cores, postura etc. Além de proporcionar aos docentes pensar sobre os discursos sexistas reproduzidos em sala.

Para isso, entende-se a relevância de introduzir temas como sexualidade e gênero nas instituições escolares, pois o espaço escolar está presente nos momentos de descobertas, escolhas e desenvolvimento dos alunos (as). No entanto, conscientes que ainda há um tabu na sua inclusão, pois subentendesse que as meninas não precisam de orientação sexual ou que essa temática não faz parte do dever da escola, assim como, a discussão de gênero e identidade.

Com isso, a discussão dessa temática torna-se passo importante para sua inclusão nas escolas, assim como, para um novo olhar em torno dos processos discursivos que fortalecem o sexismo na escola.



## 5. Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTRO, A. M. A; ALBERTON, M. Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: Feminismo e Educação. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO. 4., 2010, Paraná. **Anais do VIII Congresso Iberoamericano de ciência, tecnologia e gênero**. Paraná: UTFPR, 2010. p. 1-8.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Disponível em: <file:///C:/Users/W8.1/Downloads/46833-189816-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 25 jul/dez. 2000. p. 59-75.

MAIA, A. C. B; NAVARRO, C; MAIA, A. F. **Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/n32/n32a03.pdf>> Acesso em: 23. maio 2016.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PUPPO, Katia. **Questões de gênero na escola**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20\\_pupo.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf)> Acesso em: 23. maio 2016.

REIS, Kellen Cristina Florentino. **Infância, gênero e estereótipos sexuais: análise do relato de mães de crianças de 4 a 6 anos**. 2008. p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru, 2008.

RODRIGUES, J. M; MARQUES E. C. R. **O civilizar da mulher na história da educação**. Disponível:<<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/310/386>> Acesso em: 23. maio 2016.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. 12., 2005, Belo Horizonte. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFMG, 2008. p. 173-186.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos. A educação feminina durante o Brasil colonial. In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM. 1., 2012, Maringá, **Anais da**



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Semana de Pedagogia da UEM. Maringá: UEM, 2012. p. 1-12.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)